

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras faz parceria para concluir refinaria	2
Título: Retomada das obras deve gerar até oito mil empregos em Itaboraí	4
Título: Leilão do excedente do pré-sal é aposta de Bolsonaro para reduzir déficit fiscal	5
Título: Presidente da Vale diz que disputar com China ‘não é bom para ninguém’	7
Título: Eletrobras: venda de distribuidoras cai no Senado	8
Título: CGU vê erros em gestão de fundo pela estatal	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: À espera de ampliação do mercado livre de energia, comercializadoras crescem	10
Autor: Nicola Pamplona	11
Título: ‘Guinada de 180°’ no setor de energia é polêmica no grupo de Bolsonaro	11
Título: Governo prepara análise pública de leilão no NE que pode elevar conta de luz	14
Título: Venda de distribuidora da Eletrobras é rejeitada	15
Título: Após Bolsonaro criticar China, Vale diz que disputa não é boa	17
Título: Companhia de país asiático terá fatia de 20% do Comperj	19
Título: Empresa de citado na máfia das merendas obtém liminar na Petrobras	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Projeto barra carro a gasolina e diesel até 2060	21
Título: Bolsonaro quer destravar projetos de infraestrutura com dinheiro privado	22
Título: Leilões de óleo e gás devem ser mantidos	24
Título: Exportador teme ações de novo governo	25
Título: Chineses desbancaram empresas tradicionais na geração elétrica	27
Título: Estatal chinesa CNPC fica com 20% do Comperj	29

Título: Senado rejeita lei que destrava venda na Eletrobrás	30
VEÍCULO: Correio Braziliense	32
Título: Conta de luz mais cara no DF	32
Título: Venda de distribuidoras é vetada	33
Título: Neoenergia destinará R\$ 10 bi contra fraude.....	34
VEÍCULO: Valor Econômico	38
Título: Senado rejeita PL de venda de distribuidoras da Eletrobras	38
Título: Compra de plataformas eleva dado de investimento após mudança tributária	40
Título: Subsidiárias de bancos entram no radar de privatizações	42
Título: A falta de governança nos subsídios da energia	43
Título: Brasil e China têm 'dependência mútua', diz presidente da Vale	46
Título: Destaque	48
Título: Lyondell e Petrobras já negociam nafta	48
Título: Chineses da CNPC terão 20% do Comperj	50
Título: Produção da Aquileia, de Sandra Papaiz, começará em dezembro	52
Título: Destaques	53

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras faz parceria para concluir refinaria

Saída chinesa

A Petrobras assinou acordo com a chinesa CNODC, subsidiária da petroleira CNPC, para concluir a construção da refinaria do Comperj em Itaboraí (RJ). A construção do empreendimento, que já está com 80% das obras prontas, foi interrompida em 2015 após as denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava-Jato. Estima-se que para concluir o projeto sejam necessários

investimentos adicionais de cerca de US\$ 3,5 bilhões (equivalentes a R\$ 13 bilhões), que deverão ser feitos pelos asiáticos, dizem fontes do setor.

Segundo a Petrobras, o acordo com os chineses prevê a criação de uma jointventure, uma nova empresa específica para o projeto, no qual a Petrobras terá 80%, e a CNPC, os 20% restantes. O presidente da estatal, Ivan Monteiro, foi à China acertar os detalhes finais do acordo. De acordo com especialistas, já era esperado um desfecho para o projeto desde meados do ano passado, quando foi feito o primeiro acordo de intenções entre as duas companhias para tentar salvar um projeto que já consumiu cerca de US\$ 14 bilhões (pouco mais de R\$ 50 bilhões).

A Petrobras também informou que vai criar outra joint venture com a CNPC para o segmento de exploração e produção em campos de petróleo na Bacia de Campos. Pelo acordo, os chineses terão 20% das concessões dos campos maduros de Marlim, Voador, Marlim Sul e Marlim Leste, todos na área de Marlim, na Bacia de Campos. Para advogados ouvidos pelo GLOBO, a negociação em torno do Comperj foi facilitada pela oferta aos asiáticos de participações em campos de petróleo.

No comunicado divulgado ontem, Monteiro disse que o acordo vai permitir a revitalização dos campos maduros no litoral fluminense: "Com a assinatura do acordo integrado, avançamos na parceria estratégica com a CNPC para concluir a refinaria do Comperj e implementar um projeto consistente para revitalização do campo de Marlim."

Karine Rodrigues, gerente de Petróleo da Firjan, destaca que a inclusão dos campos maduros na parceria da Petrobras com os chineses permite o desenvolvimento do setor além da área de refino: — O projeto vai agregar valor à cadeia, com mais investimentos feitos pela indústria para aumentar a produção nesses campos de petróleo na Bacia de Campos.

Para Ali Hage, sócio da área de óleo e gás do Veirano Advogados, a união dos ativos ajuda a agregar valor ao negócio e criar uma solução integrada para as empresas:

— Produzir petróleo e refiná-lo tendo as mesmas empresas como sócias traz uma segurança maior ao investidor. Dificilmente a Petrobras iria conseguir parceiro para um só ativo. Como faltam 20% para concluir o Comperj, pode-se deduzir que os chineses terão 20% da refinaria, pois vão investir para concluir o projeto.

NOVO MODELO PARA VENDAS

A Petrobras e os chineses ainda não definiram qual será a capacidade de refino do Comperj. Originalmente, a previsão era produzir 165 mil barris por dia. A Replan, em Paulínia (SP), a maior refinaria do país, produz 415 mil barris diários. Hoje, a Petrobras produz cerca de 1,6 milhão de barris por dia. O projeto original do Comperj previa ainda uma segunda unidade, que iria produzir 165 mil barris por dia de matérias-primas para a indústria petroquímica, mas essa parte do projeto continua suspensa.

O modelo de joint ventures adotado para o negócio anunciado ontem marca uma nova fase na venda de ativos da Petrobras, destacaram advogados que atuam no setor. Segundo uma dessas fontes, alianças estratégicas desse tipo com outras empresas ajudam no processo de venda de negócios da Petrobras, uma vez que, sem negociar alienação de controle, a estatal não precisa divulgar sua intenção de venda ao mercado, com o lançamento dos chamados teasers. Na semana passada, a companhia usou esse mecanismo para se associar à americana Murphy em 17 campos de petróleo no Golfo do México. A Petrobras tem como meta arrecadar US\$ 21 bilhões com a venda de ativos até o fim deste ano para reduzir seu endividamento.

— Além disso, ao fazer uma aliança estratégica, a companhia não esbarra na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu estatais de venderem suas subsidiárias (sem passar pelo Congresso). Essas alianças são importantes para que a companhia consiga alcançar sua meta de desinvestimento — destacou um advogado.

A formação de jointventures também vem sendo considerada para que a Petrobras consiga reforçar seu caixa com uma aliança estratégica envolvendo a TAG, dona da maior rede de gasodutos do país, com 4,5 mil quilômetros de extensão distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Quando pensava em vender 90% da empresa, a estatal esperava arrecadar mais de US\$ 5,2 bilhões. Segundo uma fonte a par do assunto, a Petrobras deve fechar um novo modelo para o negócio no próximo mês.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Letycia Cardoso

Título: Retomada das obras deve gerar até oito mil empregos em Itaboraí

A conclusão da refinaria do Comperj pela Petrobras em parceria com o grupo chinês CNPC pode gerar até oito mil empregos no ano que vem, de acordo com fontes a par do projeto. A expectativa é que sejam geradas vagas para

diferentes funções técnicas, como pedreiro, carpinteiro, soldador, pintor industrial, eletricista, encanador industrial, lixador, instrumentista, operador de guindaste, montador de andaime, entre outros.

Mas as obras para concluir a refinaria só vão começar após a realização, pela Petrobras, de uma licitação para escolher a empresa responsável para concluir as obras físicas da refinaria, o que deve ocorrer entre o fim deste ano e o início de 2019. As obras devem se concentrar no segundo semestre de 2019, destacou uma das fontes ouvidas pelo GLOBO:

— O calendário ainda não está definido, pois vai depender de uma série de processos internos. A ideia é tentar fazer tudo com a maior celeridade possível, mas não se pode estimar um prazo para a obra da refinaria ser concluída. Faltam só 20%, mas será preciso analisar o que já foi feito, pois há muita coisa parada há mais de quatro anos.

700 JÁ TRABALHAM

No fim de 2017, a Petrobras fez uma licitação para concluir as obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que ficará dentro do Comperj. Nesse caso, o consórcio responsável pelas obras é formado pela chinesa Shandong Kerui e a Método Potencial, que preveem, ao longo de 2019, cerca de 1.300 pessoas.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial de Itaboraí (Sintramon), Marcos Aurelio Saar, apesar de as obras ainda não terem começado, 700 pessoas já foram contratadas na cidade. Elas trabalham em obras no entorno da UPGN, como drenagem, dutos de gás, subestação de energia, entre outros.

— As estimativas de vagas são apenas para quando as obras atingirem seu auge, o que deve ser em fevereiro do ano que vem — diz Saar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Leilão do excedente do pré-sal é aposta de Bolsonaro para reduzir déficit fiscal

Projeto do candidato do PSL também prevê venda de estatais e corte de ministérios. Já Haddad (PT) defende o crescimento da atividade, da renda e do emprego para elevar receitas da União

BRASÍLIA- Para cumprir a promessa de zerar o rombo das contas públicas já no primeiro ano de mandato, a equipe do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) conta com os recursos do leilão de petróleo excedente dos campos da cessão onerosa (acordo pelo qual a Petrobras ganhou da União o direito de explorar cinco bilhões de barris da camada pré-sal).

Embora o governo ainda esteja renegociando com a estatal os termos do acordo (o que abrirá caminho para o leilão do excedente dos campos), os assessores de Bolsonaro já começaram a fazer contas. Segundo auxiliares do candidato, as estimativas — feitas pela atual equipe econômica — apontam para uma arrecadação total de R\$ 90 bilhões, sendo que R\$ 60 bilhões irão para a União e outros R\$ 30 bilhões para a Petrobras.

Segundo o time de Bolsonaro, há uma demanda expressa do guru econômico do candidato, Paulo Guedes, de zerar o déficit primário em 2019. Como o candidato do PSL desautorizou aumento de imposto, a cessão onerosa passou a ser a primeira grande aposta.

O dinheiro arrecadado nesse leilão, no entanto, não seria suficiente para fechar a conta. Assim, os auxiliares do candidato falam em cortar despesas, reduzir ministérios e eliminar cargos comissionados. O efeito dessas medidas, contudo, são marginais. Em 2017, o governo cortou quatro mil cargos e economizou menos de R\$ 200 milhões.

SUBSÍDIO AO DIESEL NÃO SERIA RENOVADO

Também está nos planos acabar com o abono salarial (o que dá uma economia de R\$ 19 bilhões) e reverter ao menos 10% das renúncias fiscais. O déficit primário estimado para 2019 está em R\$ 139 bilhões. Para o ano seguinte, o rombo projetado pelo atual governo é de R\$ 110 bilhões e, em 2021, de R\$ 70 bilhões.

Como as receitas com a cessão onerosa não se repetirão em 2020, a equipe de Bolsonaro pretende acelerar o programa de privatizações das estatais e vender pelo menos um terço das empresas existentes. Todo o dinheiro arrecadado seria destinado ao abatimento da dívida pública. Já está certo que os bancos públicos ficarão de fora da lista se ele for eleito.

Já Fernando Haddad (PT) não pretende privatizar estatais. A equipe de campanha informou que a ideia é retomar o equilíbrio fiscal gradualmente. Para

isso, Haddad aposta em três condições: crescimento da atividade econômica, da renda e do emprego, que elevam a receita do governo federal.

Uma fonte da equipe de Bolsonaro disse que ele já tem um programa de governo para os cem primeiros dias, para o primeiro ano e para os quatro anos de mandato. Os trabalhos estão sendo submetidos ao crivo de Paulo Guedes, que está discutindo as matérias com Bolsonaro. Projetos só serão enviados ao Congresso depois da análise do núcleo político sobre a viabilidade de aprovação. Neste caso, estão o fim do programa de subvenção do diesel, conquista dos caminhoneiros durante a greve e que termina no dia 31 de dezembro, e o adiamento do reajuste salarial dos servidores em 2019.

PETISTA DEFENDE FIM DO TETO DE GASTOS

Neste ano, o programa de subsídio ao diesel custará R\$ 9,5 bilhões. Se for renovado, custará ao menos R\$ 18 bilhões em 2019. A campanha de Haddad informou que também não está nos planos renovar o programa de subvenção do diesel. Mas o candidato defende repasses mais espaçados para os preços por parte da Petrobras.

Ao contrário do candidato do PT, que defende a derrubada do teto de gastos, integrantes da equipe de Bolsonaro afirmam que a limitação das despesas será obedecida e que caberá ao Congresso calibrar o Orçamento. Se aumentar as receitas para determinada rubrica, terá que cortar de outra.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Presidente da Vale diz que disputar com China 'não é bom para ninguém'

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou ontem esperar que o próximo presidente do país entenda a importância da relação comercial entre Brasil e China e evite disputas com o principal cliente de produtos brasileiros, como minério de ferro e soja. A afirmação foi feita após ele ter sido perguntado por jornalistas sobre declarações do candidato do PSL, Jair Bolsonaro, desfavoráveis a investimentos chineses no país.

— Tenho a expectativa, na medida em que o tempo passe e ele se aprofunde no tema, que isso ganhe relevância, e a questão se encaminhe melhor — disse ele, após participar do evento FT Commodities, no Rio. — Disputas não trazem benefício. Se não é bom para ninguém, não é bom para a Vale.

Na semana passada, Bolsonaro disse ser contra privatizar a área de geração de energia:

— A China não está comprando no Brasil, está comprando o Brasil. Você vai deixar a energia nas mãos do chinês? Suponha que você tem um galinheiro no fundo da sua casa e viva dele. Você vende todo dia ovos e algumas galinhas. Quando você vende aquilo, privatiza, você não vai ter a garantia no fim de semana de comer um ovo cozido. Nós vamos deixar a energia na mão de terceiros? — questionou o candidato, em entrevista ao Jornal da Band.

A China, maior importadora global de minério de ferro, é a principal cliente da Vale, líder na produção mundial da commodity.

Schvartsman destacou ainda que a Vale "tomou o cuidado" de não conversar com candidatos à Presidência:

— Quando for definido quem é o presidente eleito, vamos colocar à disposição o conhecimento e a informação que temos dessa relação Brasil-China, que é muito importante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras: venda de distribuidoras cai no Senado

Projeto de lei que mudaria regras e viabilizaria privatização é rejeitado por 34 votos a 18. Arquivamento impossibilita leilão da companhia que opera no Amazonas, e serão gastos R\$ 13 bilhões para liquidar a empresa

BRASÍLIA- Em uma derrota para o governo Michel Temer, o Senado rejeitou ontem o projeto de lei que altera regras do setor elétrico e facilita a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras que operam no Norte e Nordeste do país. O texto recebeu 34 votos contrários e somente 18 favoráveis.

O Ministério do Planejamento afirmou que a rejeição da proposta vai afetar o processo de recuperação da estatal e seu plano de investimentos. O texto era necessário para que a Amazonas Energia — empresa mais problemática da Eletrobras — fosse repassada às mãos da iniciativa privada. Caso isso não seja possível, será preciso liquidar a empresa, com um custo de R\$ 13 bilhões.

"Embora a Eletrobras Holding seja uma empresa estatal não dependente do Tesouro Nacional, o custo de liquidação desta distribuidora (Amazonas Energia), além de impactar o balanço da holding, prejudica o processo de recuperação empresarial e sua capacidade de investimento no curto e médios prazos, podendo ainda trazer reflexos diretos ao seu caixa", afirma nota divulgada pela pasta.

A Eletrobras já conseguiu vender as empresas do Acre, Roraima, Rondônia e Piauí. A companhia de Alagoas está com o processo de privatização suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Para fechar a companhia de Alagoas, o custo previsto é de R\$ 1,38 bilhão.

A Eletrobras tenta vender as empresas desde 2016, quando decidiu não renovar os contratos de concessão. Desde então, as empresas recebem recursos de todos os outros consumidores de energia do país por meio de fundos bancados pela conta de luz. Foram repassados R\$ 4,3 bilhões de 2016. Só em 2018, elas receberão mais R\$ 1,4 bilhão.

O Senado aprovou, no entanto, medida provisória (MP) que permite a renegociação de dívidas dos produtores rurais. A medida terá um impacto de R\$ 5,271 bilhões para as contas do governo federal, segundo projeções da equipe econômica.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: CGU vê erros em gestão de fundo pela estatal

Uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) identificou uma série de irregularidades na gestão da Eletrobras em um fundo do setor elétrico bancado por todos os consumidores por meio das contas de luz. Foram encontrados pagamentos em duplicidade e contratos para fornecimento de gás em maior quantidade do que a capacidade de geração de energia no Amazonas.

Por conta dos problemas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já havia mandado a estatal devolver R\$ 3 bilhões aos consumidores, o que ainda não foi feito. Agora, o trabalho do órgão de controle confirmou as irregularidades na gestão do fundo chamado de Conta de Consumo de Combustível (CCC).

Essa conta foi criada para subsidiar a geração de energia por meio de termelétricas em regiões isoladas. A fiscalização da CGU se concentrou na

Amazonas Energia, distribuidora da Eletrobras, para a qual se destina a maior parte dos recursos do fundo. Até 2016, a Eletrobras era responsável pela gestão da CCC. Por isso, a fiscalização foi feita na estatal. Agora, a conta está sob responsabilidade da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O processo de fiscalização refere-se ao período entre julho de 2009 e junho de 2016.

CONSULTAS À ANEEL

Os principais problemas são relacionados ao gasoduto que fornece gás natural a usinas térmicas no Amazonas. Ele foi construído para baratear o custo de geração de energia no estado, ao substituir o óleo pelo gás como combustível das usinas. Porém, o parque térmico da região era predominantemente formado por termelétricas a óleo e não tinha estrutura para receber o gás. Com isso, a empresa recebeu reembolsos duplicados, tanto para gastos com óleo quanto para com gás.

À CGU, a Eletrobras disse que sempre consultou a Aneel sobre quais procedimentos deveriam ser tomados nos processos. Sustenta ainda que sempre seguiu a legislação pertinente.

(Manoel Ventura)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: À espera de ampliação do mercado livre de energia, comercializadoras crescem

Mercado Aberto

A migração para o mercado livre de energia, em que os clientes podem escolher seu fornecedor, desacelerou neste ano, mas o número de corretoras que comercializam os contratos subiu 11,4%.

Há a expectativa de uma abertura desse setor. A regra atual permite somente às grandes empresas adquirir de quem bem entenderem.

Uma proposta de lei tramita no Congresso para ampliar a base de consumidores.

“O mercado se prepara para essa mudança e espera que aconteça a curto ou médio prazo”, diz Rui Altieri, presidente do conselho CCEE (câmara de comercialização).

A entidade tem hoje 251 corretoras em carteira, e outras 43 aguardam autorização para ingressar.

No ambiente de negociação, além de vendas para clientes finais, há também movimentação entre as comercializadoras, segundo Altieri.

A adesão é simples porque não há barreiras de entrada nesse setor, segundo Reginaldo Medeiros, presidente-executivo da Abraceel (associação dos comercializadores).

“É um mercado aberto, pequenas e grandes empresas ingressaram no passado recente. Com uma ampliação e consumidores, será desenvolvida uma especialização pelo tipo de cliente final.”

A Electra Energy, uma comercializadora, tem analisado de forma mais minuciosa as empresas com quem fecha contratos, segundo o diretor-presidente Cláudio Alves.

“Ficamos atentos às garantias de crédito de quem compra e se aqueles que nos vendem energia têm condições de entregar os volumes.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: ‘Guinada de 180°’ no setor de energia é polêmica no grupo de Bolsonaro

Ala técnica defende avanço liberal na área; grupo militar estatizante e nacionalista pede gradualismo

Preço dos combustíveis, privatizações e papel das estatais. Essas questões, ainda sem respostas no plano de um eventual governo Jair Bolsonaro (PSL), estão entre os temas que alimentam embates nos bastidores da campanha do líder nas pesquisas de intenções de voto.

Convidado para coordenar o plano do partido na área de energia, o engenheiro Luciano de Castro diz que o objetivo é “dar uma guinada de 180° com relação aos governos PT”. Professor da Universidade Iowa, ele prega a liberalização do mercado, com medidas para ampliar a competição entre as empresas.

Esse segmento mais liberal da campanha de Bolsonaro conversa com executivos do setor que atuaram em empresas privadas. Entre eles estão técnicos qualificados que ajudaram a implantar a política atual de preços da Petrobras e a elaborar a proposta de pulverização do capital da Eletrobras como solução para resolver a crise financeira da companhia.

Sem comentar medidas, Castro diz que o papel dos consultores técnicos é preparar propostas para Bolsonaro, que terá a última palavra sobre sua execução.

Ele adiantou apenas que um eventual governo do PSL pretende manter o calendário de leilões de áreas petrolíferas e pode voltar a estudar a construção de hidrelétricas de grande porte, que enfrentam entraves ambientais.

Mas Castro ressalta que o objetivo é dialogar com o setor de energia para definir medidas de consenso.

“Temos claro onde queremos chegar: descentralização e redução do papel do governo na economia, principalmente no setor elétrico.”

A proposta de governo apresentada ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não traz grandes detalhes sobre medidas para a área de energia elétrica, limitando-se a críticas a “decisões arbitrárias” dos governos anteriores, que levaram ao sucateamento da Eletrobras e conflitos de interesses.

Para o petróleo e gás, propõe a venda de “parcela substancial” da capacidade de refino, transporte e outras atividades onde a Petrobras tem poder de mercado. Cita ainda desverticalização no setor de gás natural.

Defende ainda política de preços internacionais dos combustíveis, mas com o uso de mecanismos de proteção financeira para suavizar os repasses ao consumidor. A Petrobras adota modelo semelhante desde setembro.

No entanto, recentes declarações de Bolsonaro sobre o setor de energia criaram desconfiança no mercado —e até entre aliados— sobre a viabilidade de uma proposta liberal na área.

Na semana passada, o candidato se posicionou contra a privatização total da Eletrobras e da Petrobras. Também reclamou da atual política de preços dos combustíveis.

“Ninguém quer a Petrobras com prejuízo, mas também não pode ser uma empresa que usa o monopólio para tirar o lucro que bem entende”, disse em entrevista à Band TV.

O posicionamento foi interpretado por executivos e analistas do setor como um sinal de apoio do candidato para a ala militar de sua campanha —conhecida pelo caráter nacionalista e estatizante.

A propostas mais abrangentes para a área de infraestrutura, por exemplo, vem sendo coordenada pelo general Oswaldo Ferreira, cotado, inclusive, para assumir o ministério que cuidará de todo setor.

Aposição de Bolsonaro também se contrapôs à proposta da equipe econômica encabeçada por Paulo Guedes, que defende privatizações para levantar recursos, reduzir o déficit fiscal e atrair investidores estrangeiros.

Executivos do setor reunidos em evento promovido pelo jornal britânico Financial Times no Rio, nesta terça (16), demonstraram dúvidas com relação ao programa do candidato, mas classificaram as idas e vindas como naturais em uma campanha eleitoral.

A avaliação é que a equipe econômica da campanha tem consciência de que precisa de dinheiro de privatizações para lidar com o déficit fiscal e de capital estrangeiro para realizar investimentos.

“Hoje, estamos ouvindo discurso de campanha, o que o consumidor quer ouvir. O mundo real é outra coisa”, disse o presidente da produtora de açúcar e álcool Copersucar, Paulo Roberto de Souza. “Após as eleições teremos mais confiança de que a Petrobras não mudará sua política de preços.”

“Campanha eleitoral é momento de disputa pelos votos e a disputa gera esses movimentos que a gente está vendo”, disse o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, que afirma ter conversado já com interlocutores de Bolsonaro e de seu concorrente Fernando Haddad (PT).

Segundo ele, não há na mesa nenhuma “proposta disruptiva”, que cause mudança radical nas políticas para o setor. Uma das preocupações dos promotores do evento foi a proposta de retirada do país do Acordo de Paris e seus efeitos sobre a indústria de etanol, após a aprovação do programa Renovabio, que incentiva o uso de biocombustíveis com a emissão de certificados de uso de produtos menos poluentes.

A presidente da Unica (União da Indústria da Cana), Elizabeth Farina, disse que o potencial de geração de emprego e renda no setor pode convencer o vencedor da eleição a manter o programa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 17/10/2018****Seção: Mercado****Autor: Taís Hirata****Título: Governo prepara análise pública de leilão no NE que pode elevar conta de luz**

O Ministério de Minas e Energia deverá abrir uma consulta pública para contratar novas usinas térmicas movidas a gás natural no Nordeste do país.

O leilão é controverso entre especialistas do setor elétrico e dentro do próprio governo, conforme antecipou a Folha, em julho.

Há três meses, a reportagem solicita ao ministério e à EPE (órgão responsável por estruturar os estudos para os leilões) dados sobre o embasamento técnico para o projeto, mas sem retorno.

Segundo fontes do setor, proposta está em fase final de elaboração e deve ser aberta para receber contribuições ainda em outubro.

A maior dúvida é como as usinas serão contratadas, o que define o preço da energia.

A ideia inicial era fazer o chamado leilão de reserva: tipo de contratação em que o governo compra a energia que será gerada para viabilizar o empreendimento e repassa os custos para a conta de luz de todos os consumidores, famílias e empresas.

O impacto seria de R\$ 2 bilhões, segundo cálculo da Abrace (associação de grandes consumidores de energia).

Especialistas do setor questionam leilões localizados, que têm o objetivo de garantir a autossuficiência regional.

Esse conceito, segundo analistas, vai contra o atual modelo brasileiro, que é interligado por linhas de transmissão —ou seja, a energia não precisa ser gerada onde é consumida, pois pode ser transportada de uma região para a outra conforme a necessidade

Não faz sentido, argumentam, realizar agora, em pleno período eleitoral, uma mudança tão drástica no modelo.

Há ainda o questionamento de que o leilão favoreceria apenas um grupo de companhias que atuam na região e que participariam desse leilão em detrimento de outros.

O ministério afirma que o leilão vai reduzir os preços de energia, pois as usinas a gás substituíram outras, movidas a óleo, que são mais caras e poluentes — argumento refutado pelos opositores.

Esses empreendimentos, dizem, já foram compensados no planejamento de outros leilões. Neste ano foram feitos dois para contratar usinas novas, e haverá um terceiro, para usinas já existentes.

A pasta também argumenta que o projeto ajudaria a fomentar o setor de gás natural.

Defensores do leilão ainda defendem a importância dessas usinas para garantir a segurança energética do país, principalmente com o avanço de usinas eólicas e solares, que têm geração intermitente — ou seja, dependem de fatores naturais como o vento e o sol, que não são constantes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Venda de distribuidora da Eletrobras é rejeitada

Senadores impõem derrota a governo Temer e deixam decisão sobre subsidiárias em AL e AM para novo presidente

Em uma derrota para o governo Michel Temer, o Senado rejeitou nesta terça-feira (16) o projeto de lei que alteraria regras do setor elétrico e buscava viabilizar a privatização de distribuidoras da Eletrobras.

O texto, aprovado em julho pela Câmara, equaciona pendências judiciais e débitos das distribuidoras, o que poderia facilitar a atração de investidores para a venda.

O projeto foi rejeitado por 34 votos a 18, com uma abstenção. Com isso, vai ao arquivo e não terá validade.

Neste ano, já foram leiloadas as distribuidoras da estatal em quatro estados — Acre, Rondônia, Roraima e Piauí. Restam ainda as companhias de Alagoas e Amazonas.

A venda da Ceal (Alagoas) foi impedida por uma decisão liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

A ação foi proposta pelo governo estadual, que pleiteia a compensação de dívidas com o governo federal como consequência da venda da empresa.

No caso do Amazonas, as contas da companhia precisariam ser saneadas para que a venda fosse possível.

O leilão chegou a ser agendado para setembro, mas, diante da demora na tramitação do projeto no Senado, foi adiado para o dia 25 de outubro.

Agora, para o relator do projeto, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a venda companhia se torna inviável.

“Existe agora o risco iminente da liquidação da Amazonas Energia. A Eletrobras disse que já não tem interesse”, disse.

A liquidação representa a extinção da empresa e gera temor porque arisco de descontinuidade da prestação de serviço, atualmente deficitária.

O processo ainda causa dúvidas sobre o que pode acontecer com os funcionários das companhias. Fica ainda a dúvida sobre quem vai arcar com os passivos das empresas — União e Eletrobras.

Para ele, os leilões que já foram realizados são um fato consumado e não serão afetados.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), por sua vez, disse acreditar que as companhias já leiloadas e que ainda não tiveram contratos assinados podem ter problemas.

A venda das distribuidoras é uma tentativa do governo de abrir caminho para a privatização da Eletrobras.

Como também não será possível vender a estatal neste ano, o plano está rodeado de incertezas.

Na disputa do segundo turno, Jair Bolsonaro (PSL) disse ter restrições em relação à privatização.

O PT de Fernando Haddad, por sua vez, já se posicionou contra a venda.

Esta não foi a primeira tentativa feita pelo governo Temer de aprovar uma proposta desse tipo.

Neste ano, o presidente enviou ao Congresso uma medida provisória (MP) que também facilitava a venda das companhias da Eletrobras.

O texto, porém, não foi votado pela Câmara e perdeu a validade.

A legislação define que o governo não pode apresentar, no mesmo ano, uma MP com teor equivalente à que já foi rejeitada.

A nova tentativa veio por meio de projeto de lei, agora derrubado no Senado.

“A nossa decisão no Senado foi prudente. Decidimos que o novo presidente, que tomará posse no dia 1º de janeiro, tenha o direito de poder reestruturar o setor elétrico”, afirmou Braga.

Durante a sessão, parlamentares do Amazonas se posicionaram contra o projeto e disseram que custos seriam repassados ao consumidor.

Isso porque, em eventual venda, as dívidas da distribuidora do Amazonas seriam parcialmente absorvidas pela Eletrobras e a companhia compradora.

O relator do texto negou.

“Há cláusula do edital que impede taxativamente isso. Não existe o menor risco de que essa dívida seja repassada para a tarifa”, afirmou Bezerra Coelho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após Bolsonaro criticar China, Vale diz que disputa não é boa

Presidente de mineradora afirma que vai apresentar ao eleito relação com asiáticos, principais clientes da empresa

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, disse nesta terça-feira (16) que um embate entre Brasil e China “não é bom para ninguém”.

Ele afirmou esperar que o presidente eleito perceba a importância do relacionamento entre os dois países.

Principal cliente da Vale, a China tem sido alvo de questionamentos do candidato Jair Bolsonaro (PSL).

“A expectativa é que o eleito receba informações a respeito do estado das relações e da complementaridade das relações entre China e Brasil”, disse Schvartsman, em entrevista após um evento no Rio.

Ele foi questionado sobre a posição de Bolsonaro.

Em sua última declaração sobre o tema, na semana passada, o capitão reformado do Exército criticou a forte presença de empresas chinesas na geração de energia no país.

“A China não está comprando no Brasil, ela está comprando o Brasil”, afirmou ele, em entrevista à TV Band.

“Não é bom para ninguém esse tipo de disputa. E, se não é bom para ninguém, não é bom para a Vale”, afirmou Schvartsman. “A Vale vai continuar tendo relacionamento com a China, temos uma dependência mútua.”

Na segunda-feira (15), a Vale anunciou recorde em sua produção de minério de ferro. O resultado acompanha o crescimento da demanda do mercado chinês.

No terceiro trimestre deste ano, a mineradora produziu 104,9 milhões de toneladas, 10,3% mais do que no mesmo período do ano anterior.

Schvartsman disse que a Vale não conversou com os candidatos à Presidência da República. “Quando for eleito, vamos conversar”, disse..

“Vamos nos colocar à disposição, o conhecimento e a informação que a gente tem dessa relação, que a gente tem de Brasil-China, que é muito importante”, afirmou o executivo.

Ainda sobre a produção de minério de ferro, Schvartsman descreveu o atual cenário como excepcional.

Para ele, a empresa está em uma posição mais favorável do que suas grandes concorrentes da Austrália. Segundo o executivo, as minas dos concorrentes são mais antigas e já começam a apresentar declínio.

Enquanto a produção e as vendas de minério de ferro da Vale foram recordes no terceiro trimestre, a concorrente Rio Tinto registrou recuo de 5% nos embarques no período.

A empresa foi prejudicada por manutenção planejada e pausas por questões de segurança.

O presidente da Vale destacou também que a demanda da China por minérios de melhor qualidade e menos poluentes, por causa da luta do gigante asiático contra poluição, tem beneficiado a companhia.

Isso tem impacto na produção de sua mina S11D, inaugurada no fim de 2016, e abocanhou a maior parte do mercado, com prêmios maiores.

Segundo o executivo, o prêmio do minério com mais qualidade sobre o de menor qualidade chega até US\$ 56 (R\$ 207,61) por tonelada.

Nesse cenário, Schvartsman destacou que a Vale está bem posicionada para atender seu principal cliente, a China.

Sobre os preços do minério de ferro, o presidente da Vale disse acreditar que deverão se manter no atual patamar para o próximo ano.

O executivo informou ainda que, no início de 2020, a mineradora Samarco, em Mariana (MG), poderá retomar sua produção, com um terço da capacidade.

A Vale é dona de metade da joint venture com a australiana BHP Billiton. Elas controlam a Samarco.

A Samarco interrompeu as operações no fim de 2015, após uma de suas barragens entrar romper.

No acidente, 19 pessoas morreram. O desastre deixou centenas de desabrigados e poluiu o rio Doce até o Espírito Santo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Companhia de país asiático terá fatia de 20% do Comperj

A chinesa CNPC terá uma fatia de 20% da refinaria do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), segundo acordo anunciado nesta terça-feira (16) pela Petrobras.

Os chineses ficarão com fatia semelhante também em campos de produção de petróleo na bacia de Campos, também no Rio de Janeiro.

O acordo prevê a realização de estudos para definir os custos necessários para concluir a obra, paralisada em 2015.

A partir do resultado, as empresas formarão nova companhia para operar o ativo.

Pensado como um grande complexo petroquímico, o Comperj se tornou alvo de investigações da Operação Lava Jato e teve as obras suspensas por problemas financeiros de fornecedores.

O projeto chegou a ser retirado dos planos da estatal durante o período mais agudo de sua crise.

Em julho deste ano, a Petrobras anunciou negociações com a CNPC para retomar os estudos.

O acordo prevê a transferência aos chineses de 20% de um conjunto de quatro campos produtores de petróleo na bacia de Campos, cujo óleo tem características adequadas para o refino no complexo.

A Petrobras permanece como operadora dos projetos.

No local da refinaria, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro, a Petrobras constrói também uma unidade de tratamento de gás, que receberá a produção do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Empresa de citado na máfia das merendas obtém liminar na Petrobras

Com liminar, a Convida Refeições venceu licitação da Petrobras para fornecer alimentação para plataformas de petróleo, em um contrato de R\$ 324 milhões com duração de três anos.

A empresa faz parte de grupo citado na investigação da máfia das merendas em São Paulo.

A decisão, diz a Petrobras no processo, “condena à inefetividade” seu programa anticorrupção, que prevê a classificação de risco dos fornecedores de acordo com critérios como treinamentos e medidas para combater fraudes.

Para a estatal, a Convida não cumpre os requisitos.

A licitação da Petrobras teve início em abril e envolveu quatro contratos para o fornecimento de alimentação e serviços de hotelaria para plataformas marítimas.

A Convida já é fornecedora da estatal.

Em seu pedido à Justiça, a empresa alega que não há previsão legal que a impeça de participar de concorrências e que não teve direito de defesa no processo de avaliação de risco.

“A administração pública não pode privar a participação de determinado candidato nos processos licitatórios antes de reconhecida sua culpa em sentença condenatória”, diz a defesa da Convida.

O programa anticorrupção da Petrobras classifica as empresas por um conceito chamado CRI (grau de risco de integridade) — que pode ser baixo, médio ou alto — e é definido após análise de políticas anticorrupção dos fornecedores.

A Petrobras diz que a avaliação da Convida concluiu “alta exposição a riscos de integridade”, por ter carteira de clientes concentrada no poder público, ser citada em casos de fraude e ter administradores processados.

A empresa faz parte do grupo De Nadai, do empresário Sergio De Nadai.

“Não se trata de qualquer punição ao fornecedor, mas sim de avaliar que, uma vez envolvido em casos de corrupção, o fornecedor permaneceu inerte (‘fez vista grossa’) ou não deu o tratamento adequado”, disse a Petrobras, ao tentar derrubar a liminar.

Em nota, a Convida Refeições disse que tem “forte programa de compliance [governança] implementado há aproximadamente três anos”, contemplando 100% dos trabalhadores e que não se manifestará.

A Petrobras afirmou que está recorrendo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Projeto barra carro a gasolina e diesel até 2060

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou projeto que reduz gradualmente a venda de veículos movidos a combustíveis fósseis, como gasolina e diesel.

A proposta vai para análise da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Depois, por tramitar em caráter terminativo, irá direto para a Câmara. Só terá de passar pelo plenário do Senado se houver apresentação de recurso.

Pelo projeto, a participação dos veículos novos a combustão nas vendas não poderá ultrapassar 90% em 2030, 70% em 2040 e 10% em 2050. A partir de 2060, as vendas estarão proibidas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini Vinicius Neder / RIO

Título: Bolsonaro quer destravar projetos de infraestrutura com dinheiro privado

Investimentos. Proposta da equipe do candidato do PSL, líder nas pesquisas, é ampliar ferrovias, rodovias e aeroportos no País sem colocar dinheiro público, além do que já está previsto no Orçamento; papel do BNDES deve ser limitado nas concessões

O pacote de concessões planejado por auxiliares de Jair Bolsonaro (PSL) para deslançar projetos de infraestrutura deve incluir a possibilidade de renovar antecipadamente contratos em curso e reliciar aqueles que apresentam problemas. O plano de um eventual governo Bolsonaro baseia-se em expandir ferrovias, rodovias e aeroportos quase que exclusivamente com recursos privados.

O BNDES poderá entrar com financiamento para a fase de construção, segundo Paulo Coutinho, economista que supervisiona propostas para infraestrutura do PSL. “Objetivo é não colocar mais dinheiro do governo. O limite é o que está no Orçamento”, disse ao Estado. No Orçamento de 2019, estão previstos R\$ 27,4 bilhões para investimentos. Só no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), há R\$ 132 bilhões em investimentos parados.

Professor da UnB, Coutinho responde ao general Oswaldo Ferreira, homem de confiança de Bolsonaro que assumiu a coordenação-geral em Brasília do plano de governo. Segundo o economista, a proposta em elaboração dá ênfase à expansão de ferrovias e prevê estímulo à cabotagem (transporte marítimo na

costa de um mesmo país), cujo potencial hoje está subestimado, na avaliação do grupo.

Uma das propostas é criar terminais exclusivos nos portos para cabotagem, o que ajudaria a reduzir custo no curto prazo sem promover a abertura do mercado para empresas estrangeiras. Os recursos chineses serão bem-vindos, disse Coutinho. A depender do projeto, se a China quiser, a autorização “pode vir no dia seguinte”, disse. “Bolsonaro é contrário aos chineses comprarem terras.

Não há resistência para ferrovias”. Os auxiliares de Bolsonaro entendem que o BNDES deve ter papel no pacote de concessões, mas preveem atuação limitada do banco estatal na oferta de crédito, que não incluiria subsídios nas taxas de juros. A ideia é que os financiamentos tenham como referência a TLP (Taxa de Longo Prazo) e que banco assuma postura gerencial, auxiliando na elaboração de projetos e na atração dos investimentos.

“Não queremos colocar mais dinheiro no BNDES, já tem muito lá”, disse. Segundo Coutinho, o País é muito atrativo e os investidores virão. “O que falta é segurança jurídica e projeto”. A equipe de Bolsonaro fia-se no interesse de investidores, especialmente estrangeiros, para o sucesso do plano. O governo Michel Temer também prometeu estimular dinheiro privado em infraestrutura, criou o Programa de Parcerias e Investimentos, mas teve sucesso em poucos leilões.

A crise política, questionamentos de órgãos de controle, e a falta de interesse em empreendimentos travaram muitos projetos.

Privatização.

Diante das resistências de Bolsonaro quanto à privatização da Eletrobrás e da Petrobrás, a proposta por ora é fatiar as estatais, mantendo com o governo suas áreas de geração de energia e de exploração de petróleo.

A Transpetro, estatal de transporte de óleo e gás, também não deve entrar nos planos de venda. “Os militares entendem que é questão de segurança nacional”, diz Coutinho. Segundo ele, as propostas estão em fase avançada, mas a aprovação de Bolsonaro ainda não foi dada.

“A palavra dele não se discute.” Coutinho afirmou que, mesmo nas áreas preservadas sob mando estatal, há propostas em andamento. Se depender do grupo, Petrobrás e Transpetro não irão privilegiar estaleiros nacionais, pois eles “cobram caro”. Esses estaleiros devem virar unidades de reparo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/10/2018****Seção: Economia****Autor: Renata Agostini****Título: Leilões de óleo e gás devem ser mantidos**

Equipe de Bolsonaro para infraestrutura também planeja investir em energia eólica

As rodadas de licitação de áreas do pré-sal já programadas e o leilão do excedente de petróleo do pré-sal na área conhecida como cessão onerosa estão contemplados nos planos da equipe de Jair Bolsonaro (PSL) para o setor de energia.

Segundo Luciano Irineu de Castro, professor da Universidade de Iowa (EUA) que coordena os debates do time do presidencialista para o segmento, a suspensão dos leilões pelos governos do PT prejudicou o País, que ficou sem os investimentos necessários e a receita oriunda da produção e ainda afastou o interesse de empresas. “Foi um absurdo o que aconteceu. O cronograma atual será mantido”, afirmou Castro, que falou ao ‘Estado’ por telefone dos EUA.

Atualmente, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) possui previsão para promover rodadas de licitação de áreas do pré-sal até 2021. De acordo com Castro, a manutenção desse calendário é necessária para que as empresas tenham tempo de programar os investimentos. O leilão do excedente de petróleo da chamada cessão onerosa também faz parte dos planos, afirmou o professor.

A medida tem lugar de destaque no programa como um todo. Em reunião fechada com investidores, o economista Paulo Guedes, principal nome do plano econômico de Bolsonaro e indicado como seu ministro da Fazenda, sinalizou que inclui a receita desse leilão em seus cálculos de como fechar as contas no ano que vem, segundo duas fontes ouvidas pelo Estado.

O economista indicou a aliados que parte do esforço, num primeiro momento, virá de receitas extraordinárias como a cessão onerosa, já que o corte de despesas do governo pode levar mais tempo. O programa de Bolsonaro registrado no TSE estipulou como compromisso zerar o déficit fiscal já em 2019. A previsão atual é de que o rombo fique em R\$ 139 bilhões.

A estimativa é que a cessão onerosa renda cerca de R\$ 100 bilhões à União, o que seria um reforço expressivo para Guedes. De olho nessa receita, o governo

de Michel Temer tentou deslanchar o leilão neste ano, mas não teve sucesso. Parou na dificuldade de chegar a um acordo com a Petrobrás e nas negociações no Congresso. Segundo Castro, mesmo com os vetos à privatização da Petrobrás já impostos por Bolsonaro, o time econômico trabalha com a perspectiva de vender partes da estatal.

“A necessidade de gerar caixa, até para corrigir os problemas fiscais, é muito grande”, disse Castro, que é engenheiro e tem doutorado pelo IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada). O professor diz, porém, que nada será feito “de uma hora para outra”.

Setor elétrico.

O programa registrado no TSE por Bolsonaro indicou que, se eleito, o candidato do PSL privilegiará a expansão de energias renováveis, incluindo o parque eólico.

A diretriz é bem avaliada pelos especialistas que agora esmiúçam o plano, mas há dois problemas já identificados pelos times. De um lado, há avaliação de que, se o País retomar o crescimento, será necessário aumentar rapidamente a capacidade de geração e essas fontes podem não ser suficientes.

“Não tivemos apagão no final do governo Dilma simplesmente porque veio a recessão. Não teremos muita folga”, disse Castro. De outro, há as limitações do Orçamento. Paulo Guedes solicitou que subsídios sejam reduzidos e, no limite, eliminados. Os técnicos não sabem, por exemplo, como ficariam os estímulos atuais para energias alternativas como a eólica.

O general Oswaldo Ferreira, em entrevista ao Estado, antecipou que projetos como o da usina nuclear Angra 3, por exemplo, devem constar da estratégia de um governo Bolsonaro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA Fernanda Nunes Renata Batista / RIO

Título: Exportador teme ações de novo governo

Plano de Bolsonaro, líder nas pesquisas, de mudar Embaixada do Brasil em Israel e críticas à presença chinesa no País têm preocupado setor

Líder nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, vem provocando ruídos nos negócios do Brasil com o exterior. Seu plano de mudar a embaixada do Brasil em Israel para Jerusalém põe em risco um volume de exportações de US\$ 13 bilhões por ano em carne bovina e de aves para o mercado muçulmano, que é apoiador da causa palestina.

Já as declaradas restrições à presença chinesa na infraestrutura lançam dúvidas sobre uma carteira bilionária de investimentos que poderão ser aportados no País. Mas, embora causem preocupação pelo potencial de estrago que trariam, essas declarações ainda não são tomadas como 100% certas. A elas é dado um desconto, pelo fato de terem sido feitas num contexto de campanha eleitoral. A avaliação é feita, por exemplo, pelo presidente da Bahia Mineração, Eduardo Ladsham.

“À medida que ele conhecer as relações comerciais (entre Brasil e China) vai perceber que é fundamental ter uma parceria.” Também o responsável pela Cadeia de Suprimentos Agrícolas da Cargill na América do Sul, Paulo Sousa, recomendou cautela com o ambiente “quente” do período eleitoral. “O Brasil precisa da China e a China, do Brasil.

A China tem a demanda pelos produtos agrícolas do Brasil, como a soja. A China tem capital para investir em infraestrutura no Brasil.” Sobre a possível mudança da embaixada brasileira em Israel, o consultor em comércio exterior Welber Barral disse que “esse é um tema central para o mundo árabe e para os muçulmanos em geral”.

Ele, porém, acredita que essa posição pode mudar após as eleições. Essa também é a leitura que circula nos meios diplomáticos árabes. Por enquanto, a palavra de ordem é cautela. Nos meios técnicos, o risco de redução de compras do Brasil, principalmente de carne, é encarado com preocupação. A avaliação é que os países muçulmanos podem procurar outros fornecedores internacionais.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, informou que até o momento não recebeu nenhuma reclamação. “Tenho recebido embaixadores de países árabes, mas ninguém disse nada”, afirmou ele ao Estado.

China.

Bolsonaro também entrou em rota de colisão com a China, principal parceiro comercial do País, com uma corrente de comércio de US\$ 74 bilhões só de janeiro a setembro deste ano.

Na semana passada, ele declarou, em entrevista à TV Bandeirantes, que não venderia geradoras de energia a investidores daquele país. “A China não está

comprando no Brasil, ela está comprando o Brasil”, disse. “Você vai deixar o Brasil na mão do chinês?” Segundo um integrante da equipe que trabalha no programa de governo do candidato, o sociólogo Antônio Flávio Testa, a fala de Bolsonaro expressa principalmente uma preocupação com a aquisição de terras no País e o risco de controle na produção agrícola nacional.

“Mas não podemos prescindir dos investimentos chineses.” No início deste ano, o candidato fez uma visita a Taiwan, ilha que não reconhece o predomínio da China continental. Ele estava com os filhos e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que deverá ocupar a Casa Civil caso o candidato do PSL vença as eleições. A visita resultou em uma carta de protesto enviada pela Embaixada da China ao DEM e publicada nas redes sociais em março pelo vereador do Rio de Janeiro César Maia. O Brasil não tem relações diplomáticas com Taiwan.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse ontem esperar que Bolsonaro não adote uma política externa que mexa nas relações Brasil-China. A China é o maior cliente da Vale, destino de mais de 60% do minério de ferro vendido pela companhia. Bolsonaro, porém, questionou o apetite da potência asiática por ativos brasileiros no setor elétrico.

“Para a Vale, a preocupação é muito pequena tendo em vista nossa mútua dependência (China e Vale). Mas não é bom para ninguém. Disputas não trazem benefício e, se não é bom para ninguém, não é bom para a Vale”, afirmou após participar do FT Commodities Summit 2018, no Rio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Chineses desbancaram empresas tradicionais na geração elétrica

Com a crise econômica, ativos elétricos viraram grande oportunidade de investimento para os chineses

Com muito dinheiro em caixa e forte apetite por risco, os chineses conseguiram desbancar companhias tradicionais no setor elétrico e se tornaram líderes na geração privada de energia no Brasil. A posição é resultado de uma série de aquisições feitas nos últimos anos, especialmente durante o governo de Michel Temer.

Segundo dados da Câmara de Comércio e Indústria Brasil- China (CCIBC), a CTG, hoje maior geradora privada do País, investiu R\$ 44 bilhões (US\$ 12 bilhões); a

SPIC, R\$ 7 bilhões; e a State Grid, que comprou o grupo CPFL, R\$ 52 bilhões (US\$ 14 bilhões). Pelas contas do governo brasileiro, de 2009 para cá, quase metade do dinheiro chinês investido no Brasil foi para o setor elétrico. Mas esse movimento parece não agradar muito ao candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), líder nas pesquisas eleitorais.

Ele já sinalizou para possíveis medidas de restrição ao capital chinês no setor de infraestrutura. “Acredito que economistas tão capazes como Paulo Guedes (assessor do candidato) vão entender que os US\$ 120 bilhões que a China investiu no Brasil nos últimos anos ajudou a manter empregos e atenuar a crise econômica”, afirmou Charles Tang, presidente da CCIBC.

Segundo ele, atualmente seis gigantes chinesas estão olhando ativos no Brasil. Fontes ouvidas pelo Estado acreditam que os negócios podem entrar em stand by até que haja uma posição mais clara sobre o assunto. Especialistas, que preferem não se identificar, temem que as declarações atrapalhem negócios em andamento, como a venda da Hidrelétrica Santo Antônio para a SPIC.

As negociações para comprar as participações da estatal Cemig e da Odebrecht estavam avançadas. Depois do efeito Trump, contra capital estrangeiro, alguns executivos decidiram alertar os chineses de que o mesmo poderia ocorrer aqui durante a campanha eleitoral. Portanto, por ora, não há estresse nem preocupação em relação aos investimentos já realizados, afirmou um executivo do setor.

Para ele, que também prefere não se identificar, o Brasil precisa do capital externo para ampliar a infraestrutura que está muito aquém das necessidades da população. Além disso, completa o executivo, é preciso entender que numa concessão o investidor administra o ativo durante um determinado tempo e depois ele volta para o Estado.

A economista Elena Landau, presidente do movimento suprapartidário Livres, vai além: “Há um entendimento equivocado sobre o uso da água. É como se o dono de usina, seja ele estatal ou privado, tivesse autonomia sobre seu despacho hídrico (o que é definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico)”.

A discussão em torno da segurança do setor elétrico sob o ponto de vista de quem controla as empresas de energia não é exatamente nova. Fontes afirmam que a ex-presidente Dilma Rousseff também tinha algumas restrições sobre a presença chinesa na geração elétrica – área considerada estratégica para o País. O Estado apurou que empresas da China tentaram comprar o grupo Rede e a Neoenergia no passado, mas foram barrados.

“Não faz sentido discriminar a origem de capital. Acho que ele está falando com o coração nacionalista militar que tem. No fundo, ele é contra a privatização de hidrelétricas porque tem cabeça de militar, ou ele está seguindo Trump sem saber exatamente por quê”, afirma Elena Landau. No mercado, muitos analistas acreditam que o discurso de Bolsonaro seja mais uma estratégia para convencer eleitores indecisos a votar nele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Estatal chinesa CNPC fica com 20% do Comperj

Petrobrás terá 80% da joint venture, que foi criada com o objetivo de concluir as obras da refinaria e operá-la

Após um ano de estudos, a Petrobrás e a estatal chinesa CNPC definiram o modelo que vai colocar em prática um acordo feito em julho do ano passado para a retomada das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Os chineses ficarão com 20% da refinaria, e a Petrobrás com 80%. A mesma proporção na gestão será replicada em outra joint venture para exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos.

Nessa área, os campos estão com produção decadente apesar de ainda figurarem entre os 10 maiores campos produtores de petróleo do Brasil. “Com a assinatura do Acordo Integrado, avançamos significativamente na parceria estratégica com a CNPC para concluir a refinaria do Comperj e implementar um projeto consistente para revitalização do campo de Marlim”, disse Ivan Monteiro, presidente da Petrobrás.

Em 2010, Marlim Sul, Marlim e Marlim Leste – na Bacia de Campos – estavam entre os maiores produtores de petróleo do País, posição que foi “roubada” pelos campos do pré-sal. Com a revitalização que será realizada pelas duas petroleiras, os campos terão sua vida prolongada e a produção aumentada. Hoje, esses campos produzem a metade do que produziam há oito anos.

De acordo com a Petrobrás, a partir de agora, serão desenvolvidos estudos de viabilidade para avaliação técnica do estado atual do Comperj, uma das obras mais afetadas pela operação Lava Jato, e que teve sua construção paralisada em 2015 com 80% do projeto pronto. Além de atrasos nos cronogramas, suspeitas de sobrepreço nos contratos com construtoras fizeram a estatal ter uma perda bilionária com o empreendimento.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), as perdas chegaram a US\$ 12,5 bilhões. A parceria com a CNPC inclui também a estimativa dos investimentos necessários à conclusão da refinaria e sua avaliação econômica, que serão conduzidas por um time de especialistas de ambas as empresas e consultores externos, informou a estatal brasileira.

A Petrobrás e a CNPC se uniram pela primeira vez no leilão do campo de Libra, primeira oferta na região do pré-sal pelo governo brasileiro, quando formaram o único consórcio que participou da disputa, em 2013. O consórcio era integrado também pela Shell, Total e a chinesa CNOOC.

Em 2017, as duas firmaram um Memorando de Entendimento para avaliar oportunidades no Brasil e no exterior. Em março, a Petrobrás escolheu outra chinesa – a Shandong Kerui Petroleum – para construir a Unidade de Processamento de Gás Natural do Comperj, unidade fundamental para a produção do pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Renan Truffi / BRASÍLIA

Título: Senado rejeita lei que destrava venda na Eletrobrás

Projeto que resolve pendências das distribuidoras da estatal que estão sendo privatizadas é derrotado por 34 votos a 18 e é arquivado

O plenário do Senado rejeitou ontem o projeto de lei que destrava a venda e resolve pendências das distribuidoras da Eletrobrás. A proposta, que já havia sido aprovada pela Câmara, foi derrotada por 34 votos a 18. O projeto será arquivado e não pode voltar à votação. Sem ele, há uma incógnita sobre o futuro da distribuidora Amazonas Energia.

O leilão da empresa, que está marcado para 25 de outubro, foi mantido pelo BNDES. Antes de o projeto ser analisado pelo Senado, quatro das seis distribuidoras da Eletrobrás já haviam sido vendidas. Em julho foi vendida a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e em agosto foram vendidas as Companhia de Eletricidade do Acre (Eletoacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e Boa Vista Energia (Roraima).

A Companhia Energética de Alagoas (Ceal) está com a venda suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A aprovação do projeto de lei era fundamental para atrair o setor privado para a venda da distribuidora do

Amazonas, já que resolvia diversas pendências das empresas. Mas a maior prejudicada foi a Eletrobrás, que, sem a proposta aprovada, não tem segurança de que as dívidas que assumiu dessas empresas vão se tornar crédito, como previa o projeto.

Como a Amazonas Energia não tem mais contrato de concessão desde junho de 2016 e a Constituição não permite que ela seja doada sem custo, caso não haja interessados no leilão, a distribuidora pode ser liquidada. Na liquidação, todas as dívidas ficariam com a Eletrobrás e todos os empregados seriam demitidos. Há dois anos, depois de acumular prejuízo de mais de R\$ 20 bilhões com a operação das distribuidoras, a Eletrobrás não quis renovar o contrato de concessão.

Desde então, as empresas atuam como designadas, uma forma precária de prestação de serviços, à espera da realização do leilão. Fontes do governo reconhecem a dificuldade de lidar com a situação e avaliam que o Senado não avaliou as consequências da liquidação. Resta a esperança de vender a Amazonas Energia mesmo sem o projeto de lei, mas as chances de sucesso são baixas. Alternativas só serão avaliadas pelo governo após a realização do leilão, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O Ministério do Planejamento informou ontem que no caso de dissolução da distribuidora do Amazonas, a Eletrobrás teria custo de R\$ 13 bilhões e que os empregos não estão garantidos. O projeto de lei tramitava em regime de urgência e já trancava a pauta do Senado.

Por isso, apesar dos apelos dos senadores do Amazonas, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDBCE), manteve o projeto em pauta, mesmo com a Casa esvaziada e com vários senadores contrários à proposta.

Próximo governo.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) comemorou a decisão do Senado e disse que a rejeição do projeto ameaça a concretização da privatização das outras distribuidoras vendidas neste ano, no Acre, Rondônia, Roraima e Piauí. Na avaliação dele, caberá ao próximo governo eleito decidir o que fazer com as distribuidoras.

Ele rejeitou a hipótese de que sua atuação contrária à privatização pode ter levado às empresas ao fim, com a liquidação. “Foi a decisão mais acertada do Senado da República. Diante da insegurança jurídica que significa a não aprovação desse projeto de lei, muito provavelmente, não haverá a concretude da assinatura dos (outros) contratos”, afirmou Braga.

“O que não é correto é a gente, no meio de um turno e outro, votar a privatização de uma forma desequilibrada como proposta no texto que veio da Câmara.” Nas discussões, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu a aprovação do projeto, mas foi derrotado.

Ele disse que o programa Luz Para Todos não iria acabar, já que foi prorrogado até 2022, e que as dívidas da empresa não seriam repassadas aos consumidores. “A votação do projeto é em benefício do consumidor brasileiro, e não o contrário”, disse Bezerra Coelho.

A rejeição do projeto de lei também prejudica fortemente a Petrobrás, uma das principais credoras da Amazonas Energia, que possui dívidas bilionárias com gás e óleo combustível fornecido pela empresa para abastecer termoeletricas da região.

O projeto de lei rejeitado permitia o aporte de R\$ 3,5 bilhões do Tesouro para a Eletrobrás, dinheiro que seria usado como garantia para o pagamento dessa dívida, que pode ter o vencimento antecipado. Outra empresa prejudicada é a Cigás, distribuidora de gás do Estado do Amazonas, também credora.

COLABOROU ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni/Andressa Paulino

Título: Conta de luz mais cara no DF

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o reajuste médio de 6,5% nas tarifas de eletricidade da Companhia Energética de Brasília (CEB). Para os consumidores residenciais, o aumento será de 6,15%. Para os atendidos na alta tensão, de 7,31% e para os na baixa tensão, de 6,18%. No entanto, a empresa não poderá repassar o aumento para as contas de luz de seus clientes, até que quite uma dívida de R\$ 150 milhões de encargos setoriais.

A Aneel reconheceu que a CEB tem direito a correção e, caso a empresa resolva as pendências, os novos valores poderão ser cobrados a partir do dia 22. Sem o pagamento, a legislação determina que o repasse aos consumidores não pode ser feito. Procurada, a CEB afirmou que “todas as dívidas com o setor elétrico já foram quitadas, restando apenas as formalizações burocráticas para baixa dos pagamentos realizados”.

A CEB atende 1,1 milhão de unidades consumidoras localizadas no Distrito Federal e a possibilidade de reajuste desanima os usuários, já que se somará à revisão extraordinária concedida pela Aneel, de 8,81%, em 22 de junho. O empresário José Dias Chagas, 52 anos, afirmou que não sabe mais o que fazer para economizar. “Já trocamos todas as lâmpadas da casa por versões LED, deixamos de utilizar alguns eletrodomésticos e educamos todos da casa a não deixar ligado o que não está utilizando”, explicou. Gastando cerca de R\$ 200 por mês com a conta de luz, Chagas está receoso do valor das próximas faturas. “A gente fica sem saber o que esperar”, disse. “Com mais um aumento já não temos onde economizar”, reclamou.

Risco hidrológico

De acordo com o advogado e sócio da Leite de Roston Advogados, Rodrigo Leite, a revisão tarifária é um processo comum e pode ter diversas razões. “Atualmente, os fatores que impactam são o custo de rendimento nas distribuidoras, o preço relacionado à aquisição de energia, além do risco hidrológico, que está acentuado ultimamente”, explicou.

Ele destaca ainda que o modelo de repasse de dividendos aos consumidores é adequado. O que precisa ser resolvido, de acordo com Leite, são questões estruturais, como o risco hidrológico. “Nós somos referência no modelo de repasse que adotamos. O grande problema são entraves que levam ao aumento de custo. Não deveríamos ter tantos aumentos na conta de energia, mas ainda é preciso resolver algumas questões, e o risco hidrológico é uma delas”, completou o advogado.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Venda de distribuidoras é vetada

O governo Michel Temer sofreu uma derrota ontem no plenário do Senado, que rejeitou, por 52 votos a 18, o projeto de lei que permitiria a venda de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. Com o objetivo de facilitar a atração de investidores, a matéria, de autoria do governo federal, equacionava pendências judiciais e dívidas das distribuidoras. A venda das estatais era mais uma tentativa do governo de abrir caminho para a privatização

da Eletrobras — o presidente já havia enviado este ano uma medida provisória que facilitava a venda das companhias, mas ela caducou.

Em justificativa à rejeição do texto votado ontem, o senador Eduardo Braga (PSDB-PA) afirmou que caberá ao novo presidente da República reestruturar o setor elétrico. O projeto aguardava votação dos senadores desde setembro, quando chegou ao plenário em regime de urgência. Mas, devido ao “recesso branco”, durante o prazo de campanha para o primeiro turno das eleições, o texto ficou parado até ontem, apesar de já ter sido aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Infraestrutura (CI).

Neste ano, o governo já leiloou quatro das seis distribuidoras previstas na proposta: as do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Piauí. As outras duas são a Amazonas Distribuidora de Energia, cujo leilão tinha sido adiado para a semana que vem, e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), que teve a privatização suspensa por decisão judicial.

O Ministério do Planejamento, em nota, alertou para os efeitos negativos da rejeição da matéria, visto que as distribuidoras que ainda não foram leiloadas não possuem contrato de concessão vigente, “prestando serviços de forma precária e temporária”. Segundo a pasta, quando o prazo de concessão delas acabar, em 31 de dezembro, “o caminho natural é a dissolução das companhias e a licitação da concessão de forma separada”. “A liquidação, além de não garantir a manutenção dos empregos e da atividade produtiva, coloca em risco a continuidade da prestação dos serviços públicos, onerando toda a coletividade”, diz a nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/10/2018

Seção: Economia

Autor: Paula Pacheco

Título: Neoenergia destinará R\$ 10 bi contra fraude

São Paulo — A imagem do funcionário da empresa distribuidora de energia que passa de casa em casa para fazer a leitura do medidor e depois volta para entregar a conta começa a mudar. No seu lugar, surge a tecnologia que permite tanto o controle do funcionamento das redes quanto a aferição do consumo, residencial ou empresarial.

Na terça-feira, durante a feira de negócios em telecomunicações e tecnologia

Futurecom, realizada em São Paulo, a Neoenergia, empresa do setor de energia controlada da espanhola Iberdrola, e a finlandesa Nokia, do setor de telecomunicações e tecnologia, anunciaram a assinatura de um contrato para o desenvolvimento de projeto-piloto na área de atuação de uma de suas empresas, a Elektro, concessionária com atuação no interior de São Paulo.

Participaram do evento o CEO da distribuidora de energia, Giancarlo Souza, e o presidente da Nokia para a América Latina, Osvaldo H. Di Campli. A rede privada de banda larga sem fio 4G LTE (tecnologia móvel de transmissão de dados, na tradução do inglês para o português), fornecida pela subsidiária brasileira da finlandesa Nokia, vai conectar todas as tecnologias de rede e os medidores inteligentes de 75 mil clientes e permitirá gerenciar o uso de energia.

Investimento

Na primeira etapa, o serviço será levado a moradores das cidades paulistas de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista. Para isso, serão investidos R\$ 110 milhões. Mas o plano da companhia é chegar a uma cifra bem mais alta. Estão previstos R\$ 10 bilhões para a troca de 100% de sua rede nos próximos 12 anos, até 2030. Segundo Heron Fontana, superintendente de Smart Grids da Neoenergia, o projeto deve entrar em uma segunda fase dentro de dois a três anos, até chegar a atender aos 228 municípios que fazem parte da área de atuação da Elektro.

Em paralelo com o projeto paulista, a Neoenergia levará a rede inteligente para regiões onde atua por meio de outras distribuidoras de energia. A data ainda não foi confirmada pela multinacional, mas já está definida a implantação do novo serviço nas cidades de Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e Mossoró (RN). No Brasil, a Neoenergia tem a concessão de quatro distribuidoras, com atuação em 16 estados — Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP e MS) — e atende cerca de 34 milhões de pessoas – aproximadamente 20% da população do país. A companhia atua nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia.

Esse tipo de rede inteligente, explica Fontana, permite a redução das fraudes, como os chamados “gatos” e a adulteração dos medidores, em até 80%. “Só não chega a 100%, porque em alguns casos, dependendo da localização, nossos funcionários simplesmente não fazem a leitura do consumo, porque é perigoso e não os expomos a riscos”, diz.

Performance

Giancarlo Souza, CEO da Elektro, acredita que, no longo prazo, conforme crescer a adoção da rede inteligente, será possível ver efeito também na conta de

energia dos consumidores, que poderá ter reajustes menores, à medida que a operação traz eficiência ao negócio. No entanto, esse benefício só deverá ser percebido a partir do momento em que mais usuários forem incluídos no programa e a companhia começar a ter ganho de escala. Influencia ainda a melhora da performance da empresa, conforme o furto de energia diminuir.

Fontana acredita que não deverá levar muito tempo até que esse tipo de inovação se expanda pelo país. Segundo o executivo, isso não ocorreu até agora, porque o setor ainda estava atrelado a uma política de universalização dos serviços públicos de energia. A partir de agora, no entanto, ele aposta que a modernização das redes por meio da conversão tecnológica será cada vez mais comum.

Conectividade chega às propriedades rurais

Soluções de conectividade como a que permitirá à Neoenergia saber, de dentro de salas de comando do comportamento de consumo de seus clientes e das condições de suas redes de fornecimento de energia em tempo real, também começam a chegar ao agronegócio brasileiro. Empresas, como Nokia, TIM, Case e Jacto estão trabalhando em conjunto para levar a internet ao campo, possibilitar a leitura e interpretação de dados e aumentar a eficiência das propriedades rurais.

Ontem, a TIM anunciou seu segundo contrato no segmento do agronegócio, desta vez com o SLC Agrícola. A operadora passou a fornecer a cobertura 4G à Fazenda Panorama, em Correntina (BA), que também adotou a tecnologia celular da Nokia. Com isso, a propriedade, de 22 mil hectares, voltada ao cultivo de algodão, passa a poder adotar soluções de IoT (internet das coisas, na tradução do inglês para o português), conectando colheitadeiras, tratores, estações meteorológicas e outros tipos de tecnologia relacionadas à agricultura de precisão.

O primeiro contrato desse tipo foi assinado em abril com a Jalles Machado, que atua no setor sucroalcooleiro, em Goiás. Alexandre Dal Forno, responsável pela área de produtos corporativos e IoT da operadora, está à frente da divisão de negócios “4G TIM no Campo”. Ele explica que, por enquanto, esse tipo de solução atende a demanda de grandes propriedades rurais, já que as coberturas dessa tecnologia são grandes, de no mínimo 22 mil hectares. Com o serviço, a SLC Agrícola passa a conectar 23 máquinas agrícolas e 10 coletores de dados.

Para Dal Forno, a expansão dessa frente de negócio está atrelada ao trabalho em conjunto com outros fornecedores do agronegócio. “É uma forma de termos informações sobre novas oportunidades em um espaço de tempo muito

menor”, completa.

Ação integrada

Durante a Futurecom, esses parceiros montaram um estande que reúne as diferentes possibilidades de conexão da internet das coisas no campo. A Case, fabricante de equipamentos agrícolas, tem atualmente modelos de tratores que fazem o monitoramento da atividade do equipamento.

Com o 4G no campo, esses dados podem ser acompanhados em tempo real pelo dono da propriedade rural por meio da análise de telemetria, explica Gerson Filippini Filho, especialista em marketing de produtos da companhia. A fabricante pode até dar assistência técnica à distância, acessando os dados do trator, por exemplo, enquanto o motorista trabalha no meio de uma grande plantação de soja. “Isso permite que as máquinas sejam usadas por mais tempo, sem o desperdício com manobras desnecessárias no dia a dia ou o tempo que elas ficam paradas para reparo ou manutenção”, diz.

A Jacto, fabricante de equipamentos usados para a pulverização no campo, também tem investido na conectividade. Hoje, a empresa já tem em sua linha de produção pulverizadores com tecnologia para leitura e análise de dados, que mostram a eficiência de uma aplicação de defensivos agrícolas, por exemplo. Mas, a partir do ano que vem 100% de suas máquinas contarão com a tecnologia de telemetria, segundo Gleyson Cortez Perosa, especialista em AP Sênior.

Para que essas tecnologias se comuniquem, as propriedades rurais têm de investir na cobertura de 4G e na antena que fará a captação e transmissão de dados. A partir daí, dados coletados durante o trabalho de vários pulverizadores podem ser transmitidos uns para os outros para evitar que a aplicação de um produto seja feita em duplicidade. Isso representa economia de tempo e de dinheiro.

Esse tipo de solução, segundo Renato Bueno, executivo de marketing da Nokia, tende a crescer e a contar cada vez mais com tecnologias conectadas. “Com 4G, é possível integrar todo tipo de dado, como informações meteorológicas que poderão apontar o melhor momento para a aplicação de um produto, para semear ou para colher. O agronegócio responde por 25% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB, o conjunto da produção de bens e serviços do país). É inegável o potencial”, lembra. **(PP)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa, Vandson Lima e Camila Maia | De Brasília e São Paulo****Título: Senado rejeita PL de venda de distribuidoras da Eletrobras**

O plenário do Senado rejeitou ontem, por 34 votos a 18, o projeto de lei que viabilizar a operação das distribuidoras da Eletrobras. O resultado da votação coloca a estatal em uma situação complicada, com chances cada vez maiores de liquidação das operações da Amazonas Distribuidora - o que deve ter um custo de R\$ 14 bilhões à elétrica, segundo estimativas mais recentes do BNDES.

Com um racha no MDB, partido do presidente Michel Temer, o Senado rejeitou os textos dos pareceres do líder interino do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e seu antecessor, Romero Jucá (MDB-RR), sem alterar o texto já aprovado na Câmara. O ex-ministro de Minas e Energia Eduardo Braga (MDB-AM) foi um dos artífices da derrubada da medida. Ele alegou que ao menos R\$ 9 bilhões de dívidas regulatórias pendentes da Amazonas Energia acabariam sendo convertidos pela empresa compradora em revisão tarifária.

O resultado, contudo, deve ser a liquidação da Amazonas Distribuidora, cenário que deixará os consumidores de energia do Estado sem uma concessionária. A distribuidora, de longe a mais deficitária entre as administradas pela Eletrobras, não teve a concessão renovada pela estatal em julho de 2016.

Na ocasião, a elétrica decidiu não renovar nenhuma das concessões de distribuição, mas aceitou continuar prestando o serviço de operação das empresas até que fossem privatizadas. Após adiamentos, os acionistas da estatal decidiram, em julho, que a venda deveria ocorrer até dezembro. Sem a aprovação do PL, a liquidação é cada vez mais provável.

"O fato agora é que existe o risco iminente da liquidação da Amazonas Energia", disse Bezerra Coelho. O raciocínio dele se baseia em pareceres técnicos que dizem que o projeto melhorava as condições da concessão da empresa, que tem um endividamento da ordem de R\$ 20 bilhões. Sem o ajuste, as chances de sucesso em um leilão são mínimas. Ou a empresa será liquidada ou o governo vai obrigar a Eletrobras a adiar novamente o prazo final para a privatização.

O Ministério do Planejamento informou que, sem a venda da Amazonas Energia e da Ceal (Alagoas) até o fim do ano, "o caminho natural é a dissolução das companhias e a licitação da concessão de forma separada". "O custo de

liquidação desta distribuidora [Amazonas], além de impactar o balanço da holding, prejudica o processo de recuperação empresarial", afirmou.

Além dos custos da liquidação, relacionados às baixas contábeis de dívidas da concessionária com fornecedores, bancos, e demissão de funcionários, a Eletrobras pode ter outro prejuízo, devido a créditos e passivos das distribuidoras já privatizadas - Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí), Boa Vista (Roraima) e Eletroacre - da ordem de R\$ 4,4 bilhões que foram assumidos pela holding. O problema é que os créditos, que são da mesma ordem que os passivos, dependiam do projeto de lei para serem concretizados. Agora, a Eletrobras pode amargar mais um prejuízo.

Segundo Bezerra, a rejeição do PL não afeta as quatro distribuidoras já vendidas. Já Braga disse que a rejeição dará oportunidade ao presidente eleito refazer o processo de privatização. Para ele, existe agora um fator de insegurança jurídica quanto às concessionárias licitadas.

Para técnicos, contudo, a não assinatura dos contratos estaria sujeita à execução de garantias e penalidades, sem falar na imagem prejudicada perante o mercado.

Outro custo expressivo para a União com a não aprovação do projeto envolve um potencial calote bilionário na Petrobras. Em abril, a Eletrobras e a Petrobras assinaram um acordo de repactuação de R\$ 17 bilhões em dívidas da Amazonas Energia com a petroleira, pelo fornecimento de óleo e gás natural para geração de energia.

Em setembro, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse ao **Valor** que o acordo era vinculado à privatização da Amazonas Energia, que concentrava a dívida. Com o cenário de liquidação da concessionária, a Petrobras passará a ter créditos com uma espécie de "massa falida".

O efeito sistêmico no setor elétrico também é grave, pois o projeto de lei trazia junto a solução para o déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês). Até a liquidação das operações do mercado de curto prazo de energia de agosto, concluída na semana passada, as liminares referentes ao GSF travavam R\$ 8,8 bilhões em valores não pagos pelos agentes. A inadimplência na operação chegou a 85%.

O cenário só tende a piorar, com a continuação da guerra de liminares. Segundo especialistas, o mercado de energia de curto prazo deve travar em breve, pois a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pelas operações, não terá recursos para pagar os credores nas liquidações. Nas

operações dos últimos quatro meses, agentes sem liminar garantindo prioridade no recebimento dos créditos saíram de mãos vazias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Compra de plataformas eleva dado de investimento após mudança tributária

Além de terem distorcido índices de comércio exterior ao puxarem para cima exportações e importações, as plataformas de petróleo podem aumentar também os investimentos, ainda que não alterem o PIB. Em razão de uma mudança no regime tributário, houve salto sobretudo dos desembarques de plataformas que, no entanto, já estavam no Brasil.

Como, antes, essas operações não eram contabilizadas como compras externas, o mero registro delas deve elevar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das Contas Nacionais do que se investe em máquinas, construção civil e pesquisa). Nos cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), a mudança pode adicionar 2,6 pontos à expansão prevista para a FBCF neste ano.

De janeiro a setembro, foram importados US\$ 7,3 bilhões em plataformas, ante apenas US\$ 1 milhão em igual intervalo do ano passado. A forte expansão é explicada pela alteração de regras do Repetro, que dá tratamento tributário especial para bens do setor de óleo e gás. Pelo antigo regime, máquinas e equipamentos do segmento fabricados no Brasil, para serem desonerados, não podiam ser incorporados ao estoque de investimentos do país.

Por isso, esses itens eram exportados, ainda que permanecessem em território nacional, e depois importados como "admissão temporária". Assim, as importações não entravam na balança comercial.

A partir de janeiro deste ano, porém, passou a valer o Repetro Sped. As novas regras permitem que bens destinados à atividade de exploração e desenvolvimento de campo de petróleo ou gás natural fiquem isentos de tributos federais, tenham eles sido comprados no mercado interno ou importados definitivamente. Assim, plataformas que já estavam em operação no país foram importadas, o que eleva a absorção interna de máquinas e equipamentos.

"Podemos concluir que o regime antigo gerou uma subestimação do investimento no Brasil nos últimos anos", afirma Silvia Matos, pesquisadora do Ibre. Para novas plataformas de petróleo, esse problema não existirá mais com a mudança, afirma ela. A questão, diz, é saber como plataformas antigas - que já deveriam estar no estoque de capital - serão computadas pelo IBGE.

Em seus cálculos, se todas as plataformas importadas até agora neste ano entrarem no cômputo da FBCF, os investimentos vão subir 6% em 2018, e não os 3,4% previstos. As duas estimativas consideram, respectivamente, as importações de bens de capital com e sem plataformas, séries que passaram a ser calculadas após a mudança do Repetro.

De acordo com Indicador de Comércio Exterior (Icomex), em agosto, as importações de máquinas e equipamentos teriam subido 24,8% em sobre igual mês do ano anterior excluindo as plataformas da conta, e não 154,8%.

A alta do lado da demanda, no entanto, não vai gerar mudanças no PIB pela ótica da oferta, uma vez que as plataformas já faziam parte do estoque de capital, pondera Silvia. "O PIB pelo lado da demanda vai crescer mais do que da oferta, o que terá que ser ajustado via estoques. Não podemos dizer que a economia está 'bombando'", afirma. Em suas projeções, a FCBF, com o efeito das plataformas, pode crescer 6% entre o segundo e o terceiro trimestres.

Os dados do PIB do terceiro trimestre ainda não começaram a ser calculados, diz Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, mas, em sua avaliação, o efeito da alteração do Repetro sobre o investimento não será tão relevante. Ela menciona que os valores a serem importados até o fim do ano representam cerca de 3% da FBCF, considerando o PIB de 2017. "O efeito sobre o PIB é muito pequeno", disse.

Rebeca adianta, ainda, que o órgão não vai aproveitar a revisão feita no terceiro trimestre - período em que o IBGE divulga atualizações do PIB de anos anteriores - para incorporar o investimento em plataformas no período correto em que cada operação ocorreu.

Na divulgação do terceiro trimestre, afirma, serão conhecidos o dado definitivo de 2016 e uma revisão de 2017 e 2018.

"Como a mudança foi agora, não temos como revisar tudo para trás, considerando quando cada plataforma entrou no país. Mas, quando fizermos uma revisão inteira da série, pode ser que façamos um tratamento. Vai virar uma coisa contábil, mas não de competência de quando os investimentos realmente ocorreram", explica a técnica do IBGE.

Economista-sênior da LCA Consultores e também pesquisador associado do Ibre-FGV, Bráulio Borges lembra que o auge das chamadas "exportações fictas" de plataformas ocorreu em 2012 e 2013. Por isso, em sua avaliação, o ideal seria que o IBGE fizesse atualizações retroativas na série do PIB. Na medição atual, disse, a tendência é que o investimento tenha "uma paulada" no terceiro trimestre que, no entanto, será compensada por aumento equivalente das importações, que têm efeito negativo no PIB.

A principal preocupação, diz Borges, é com os equipamentos antigos que já estavam no país, que fazem parte do estoque de capital e não foram computados.

"Esse estoque está subestimado e é importante para calcular o PIB potencial", diz ele, referindo-se ao indicador que mede a capacidade de crescimento sem gerar pressões inflacionárias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Política

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Subsidiárias de bancos entram no radar de privatizações

Apesar de o candidato à presidência pelo PSL, deputado Jair Bolsonaro, líder das pesquisas de intenção de voto, ter deixado claro que não pretende privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, na área econômica de sua campanha há cogitações sobre vender pelo menos algumas das subsidiárias dessas instituições, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**.

Procurado desde segunda-feira, o coordenador geral do programa econômico de Bolsonaro, Paulo Guedes, não respondeu.

A venda de algumas subsidiárias de bancos como Caixa Seguridade (que já estava na lista de ativos a serem vendidos, pelo menos parcialmente, por meio de uma abertura de capital, no atual governo) BB Corretora, BB Leasing, BB DTVM, não teria impacto fiscal direto. Mas poderia reforçar o caixa das instituições principais, elevando seus resultados em um primeiro momento, o que melhoraria a situação de capital (Basileia) e também elevaria repasse de dividendos ao Tesouro. Além disso, diminuiria espaço para nomeações políticas.

Por outro lado, significaria perda de receitas futuras para os bancos, principalmente na cobrança de tarifas de serviços e pode acabar sendo vista como um enfraquecimento da capacidade de geração de lucro dessas

instituições e risco de perda de mercado para seus concorrentes do setor privado.

Não está clara qual a real disposição do time de Bolsonaro de fazer essa ideia avançar e certamente tal iniciativa encontrará resistências, como de resto o processo de privatização em massa que o candidato do PSL diz que pretende fazer no conjunto das estatais federais.

Bolsonaro já falou em vender 100 estatais em seu governo, embora dada as dificuldades técnicas e políticas para isso, há especialistas que consideram viável um número de menos da metade disso pelo menos para os dois anos iniciais da próxima gestão.

Outro ponto de dúvida é sobre o quanto um eventual governo Bolsonaro irá avançar nas privatizações do setor elétrico. O candidato disse ser contra vender a área de geração de energia da Eletrobras, que teria o maior impacto em termos de geração de caixa ao governo.

A tese levantada por Bolsonaro sobre os riscos de um domínio chinês nessa área é colocada em dúvida por interlocutores da própria campanha do candidato. A leitura é que tal risco é naturalmente mitigado pelas regras do setor, que conta não só com uma agência reguladora, mas com órgãos como o Operador Nacional do Sistema (ONS), que impediriam qualquer risco de dano ao fornecimento de energia no Brasil por alguma questão de origem de capital das empresas geradoras.

Além disso, o próprio sistema elétrico brasileiro já tem sua geração majoritariamente privada e, na visão dos defensores da venda completa da companhia, que foi tentada pelo governo de Michel Temer, não haveria problema algum em diversificar ainda mais esse segmento e atrair mais capitais para investir no setor.

O outro ativo apresentado como não privatizável por Bolsonaro é a Petrobras. Mas ele disse aceitar vender subsidiárias da empresa, como as refinarias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Opinião

Autor: Alexandre Manoel

Título: A falta de governança nos subsídios da energia

Os subsídios da União constituem fonte de financiamento das políticas públicas e se efetivam mediante benefícios tributários, creditícios ou financeiros. O Ministério da Fazenda mapeou esses subsídios públicos em 2017 e 2018, mostrando sua evolução crescente de 3% do PIB, em 2003, para 6,7%, em 2015, recuando, posteriormente, para 5,4% do PIB em 2017. A publicação dos resultados desse mapeamento deverá ser anual.

Mas, além dos subsídios públicos da União, cuja avaliação e ajuste são fundamentais para a recuperação do equilíbrio das contas públicas, há também os "subsídios privados", ou "subsídios cruzados". A reforma dos subsídios cruzados não contribui diretamente para o ajuste fiscal, embora seja de grande importância para a melhoria da eficiência alocativa e do crescimento da produtividade da economia brasileira.

Os subsídios cruzados são uma forma de intervenção pública sobre os preços do consumidor, ou sobre os custos do produtor. Não envolvem transferências de valores públicos. Não são pagos diretamente pelo contribuinte de tributos, e sim pelo consumidor. Trata-se de transferência entre os consumidores, dentro do escopo de um mesmo setor, segundo Jones & Steenblik (2010)¹.

Exemplo típico de subsídio cruzado pode ser encontrado no setor de energia elétrica e se caracteriza pela distribuição dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Esta conta foi criada² em 2002, com os três seguintes objetivos: i) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; ii) garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade tarifária aos consumidores residenciais de baixa renda; e iii) promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes renováveis, a exemplo da eólica, termossolar e fotovoltaica.

Apesar desses objetivos já serem um tanto quanto amplos, foram ainda ampliados, no decorrer dos anos, com as principais alterações feitas a partir da MP 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, da Lei 12.839/2013 e da Lei 13.360/2016. Estas leis ampliaram ainda mais o escopo de aplicação dos recursos da CDE, que apresentou desembolso crescente ao longo dos anos, desde sua criação.

A CDE contém objetivos tão amplos ao ponto de serem capazes de abarcar quase qualquer demanda que vise "resolver" algum problema do setor elétrico, e, após a intervenção ocorrida nesse setor em 2012, essa tendência de crescimento contínuo dos desembolsos se intensificou, especialmente por não haver clareza quanto aos objetivos nem limites para o desembolso da conta. Com isso, o dispêndio da CDE passou de um patamar de R\$ 8 bilhões, em 2011, para aproximadamente R\$ 19 bilhões, em 2018.

'Resolver' os problemas via aumento de recursos da CDE piora as contas públicas e encarece a conta para o consumidor

Assim, a CDE tem sido utilizada para atender a variadas demandas setoriais, às vezes de mérito questionável. É necessário, pois, prover accountability sobre a CDE, para que sua governança seja ampliada, contribuindo para a melhoria da eficiência alocativa e evitando possíveis gastos públicos no futuro.

A CDE é um exemplo interessante de financiamento de política pública, visto que é constituída tanto por subsídio público quanto privado, ou cruzado. Ou seja, é custeada em parte por recursos públicos e em parte, privados. Atualmente, cerca de 95% dos subsídios da CDE são cruzados, sendo um dos encargos que encarece a conta de energia elétrica.

De fato, aproximadamente 95% da CDE é custeada pelos agentes privados que atendem aos consumidores (finais, cativos e livres) de energia, mediante o repasse desse encargo para as tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica. E os outros 5% de recursos da CDE constituem subsídios (públicos) providos diretamente pelo contribuinte, por meio do Tesouro Nacional.

Em 2013 e 2014, ao contrário do que ocorre hoje, a maior parte dos dispêndios da CDE foram providos pelo contribuinte, o que ajudou a deteriorar as contas públicas no período, com um dispêndio diretamente executado pelo orçamento público federal de aproximadamente R\$ 9,3 bilhões, em 2013, e R\$ 12,5 bilhões, em 2014. Já em 2015, tal como ocorre atualmente e ocorria antes de 2013, a CDE passou a ser preponderantemente financiada pelo consumidor, encarecendo a conta de energia elétrica.

Em outras palavras, a usual solução de "resolver" os problemas do setor elétrico por meio da ampliação dos recursos da CDE leva necessariamente a uma piora nas contas públicas ou a uma elevação da conta de energia do consumidor brasileiro. Não há almoço grátis.

Nesse sentido, a exemplo de qualquer outro subsídio (público ou privado), qualquer política pública realizada com recursos da CDE deveria ter duração limitada, possuir objetivos e metas precisas e ser continuamente avaliada, com previsão de descontinuação quando não houver impacto positivo.

É premente a necessidade de aumentar a transparência dos gastos da CDE, com a definição clara de seus objetivos e precisão de suas metas. Também é preciso quantificar seus impactos, a fim de que se possa aferir não apenas o eventual montante de recursos públicos alocados de forma ineficiente, mas também as

perdas de eficiência em decorrência da má alocação (perda de peso morto, no jargão do economês).

O incremento da transparência e a avaliação contínua da CDE ampliará a governança sobre esse subsídio, e conseguirão impor uma triagem adequada de iniciativas que visem a ampliação dos desembolsos dos recursos dessa Conta.

1. JONES, D; STEENBLIK, R. *Subsidy estimation: a survey of current practice*, 2010. Switzerland: IISD, 2010.

2. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Alexandre Manoel Angelo da Silva é economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e hoje exerce o cargo de Secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Brasil e China têm 'dependência mútua', diz presidente da Vale

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, fez ontem uma defesa enfática da importância da relação bilateral do Brasil com a China, e destacou que disputas comerciais não trazem benefício "para ninguém". O executivo falou ainda em "dependência mútua" entre a China e o Brasil e disse que há motivos para "continuar juntos". "O que a China precisa é o que o Brasil tem, o que o Brasil precisa é o que a China tem", disse Schvartsman, depois de participar de seminário do jornal "Financial Times", no Rio. No evento, ao ser indagado sobre as perspectivas com um eventual governo de Jair Bolsonaro, Schvartsman afirmou que a empresa continuará a ter um relacionamento "muito bom" com a China.

O presidente da Vale fez as afirmações ao ser perguntado por jornalistas sobre efeitos para a mineradora de atritos que possam surgir na relação Brasil-China em um eventual governo Bolsonaro. O candidato do PSL à Presidência da República tem feito críticas à presença dos chineses no setor elétrico brasileiro. Em entrevista à TV Bandeirantes, na semana passada, Bolsonaro disse: "A China está comprando o Brasil. Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?" Schvartsman disse ter a expectativa que o presidente eleito receba muitas informações sobre o estado da relação entre Brasil e China, sobre a importância dessa relação e sobre a complementariedade existente entre as duas

economias. A China é o maior mercado da Vale, e respondeu, no segundo trimestre, por 38% da receita operacional da mineradora.

Uma das iniciativas da Vale será levar ao novo governo toda a informação e conhecimento que a empresa tem sobre a relação entre Brasil e China, que é "muito importante", disse Schvartsman. Ele acrescentou que a mineradora vai falar com o presidente eleito do Brasil e sua equipe quando chegar o momento. Por enquanto, porém, a Vale tem mantido uma postura cautelosa: "Tomamos cuidado de não conversar com candidatos."

Mesmo fazendo essa ressalva, o executivo avaliou o cenário de transição política no Brasil. "Tenho expectativas positivas com quem quer que seja o presidente [do Brasil], e não é diferente com Bolsonaro", disse Schvartsman ao responder a uma pergunta de jornalista sobre como vê uma possível vitória do candidato do PSL. Schvartsman falou de Bolsonaro citando pesquisas de intenção de voto que mostram o candidato do PSL como virtual vencedor da eleição. Nesse contexto, o presidente da Vale afirmou: "Acho que estava na hora de uma mudança, o Brasil quis mudar e, conseqüentemente, a mudança levará a alguma coisa melhor", disse Schvartsman, sempre apoiando seus comentários nos resultados indicados pelas últimas pesquisas.

No seminário, Schvartsman afirmou que existe uma volatilidade grande hoje na mineração como resultado das ameaças de guerra comercial. Ele não citou nomes, mas a principal disputa no mundo hoje se dá entre China e Estados Unidos. Apesar desse cenário, ele afirmou que a Vale tem posição distinta das demais mineradoras globais com quem concorre diretamente. O diferencial da Vale está em oferecer às siderúrgicas, minério de ferro de qualidade (alto teor de ferro e baixos contaminantes).

Schvartsman afirmou que a Vale opera em 16 portos na China, o que faz da mineradora brasileira um ator "local" no mercado asiático, permitindo-lhe reagir rapidamente às demandas dos clientes. No evento, o executivo previu que a Samarco, sociedade entre a Vale e a BHP Billiton, poderá voltar a operar no começo de 2020. Afirmou que falta, no entanto, a licença de operação para que a Samarco possa operar. A perspectiva é que a Samarco volte à operar com um terço da capacidade original, que era de 30 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2018****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaque**

Produção da BHP cresce

A BHP Billiton produziu 60 milhões de toneladas de minério no terceiro trimestre de 2018, aumento de 10%, na comparação anual. O aumento foi impulsionado pelo desempenho da unidade na Austrália Ocidental (WAIO).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo****Título: Lyondell e Petrobras já negociam nafta**

A holandesa LyondellBasell, que negocia com a Odebrecht a compra da Braskem, já iniciou as conversas sobre o abastecimento de nafta com a Petrobras, apurou o **Valor**. A questão é considerada, pela companhia europeia, essencial para definição da transação e suas condições.

A expectativa é que a LyondellBasell, que já concluiu a maior parte do trabalho de diligência sobre a petroquímica, apresente logo após o segundo turno das eleições - que ocorre no dia 28 - a sua proposta.

A questão da nafta com a Petrobras foi classificada pela Lyondell como o "ponto de discórdia" da transação, por ser altamente delicado e, ao mesmo tempo, vital para que haja o negócio. Apesar da qualificação, informações de ambas as partes indicam que as conversas evoluem positivamente.

A Petrobras é a única fornecedora nacional de nafta, que ainda é a principal matéria-prima consumida pela petroquímica brasileira - no conjunto de todas as suas operações, a companhia está se aproximando de um mix de 50% nafta e 50% outros insumos.

O contrato existente hoje entre Braskem e Petrobras foi firmado em dezembro de 2015, com prazo de cinco anos, e não é considerado competitivo, do ponto de vista da compradora. Além de prever pagamento de prêmio de 2,1% sobre a cotação ARA, referência europeia para a nafta e uma das mais caras no mundo, tem duração relativamente curta em relação a outros acordos de fornecimento, que podem chegar a 20 anos.

Na avaliação de uma fonte, embora pouco competitivo, o contrato em vigor trouxe os termos que eram "possíveis" após quase três anos de negociação e diante das revelações da Operação Lava-Jato, de que houve pagamento de propina a políticos como contrapartida à assinatura do acordo anterior, de 2009.

Para a LyondellBasell, é estratégico garantir acesso à matéria-prima local, mas a preços competitivos e equilibrados em relação a suas operações em outros mercados. Ao mesmo tempo, com a aquisição da Braskem, a companhia holandesa se tornará a maior compradora mundial de nafta, o que deve garantir algum poder de barganha nas negociações. Não é possível substituir toda a nafta fornecida pela Petrobras no país por questões tecnológicas e estruturais, mas haveria condições, mediante novos investimentos, de a petroquímica avançar na substituição de parte desse insumo.

Desde junho, a companhia negocia a Braskem em regime de exclusividade com a Odebrecht, que detém 50,1% do capital votante da empresa e 23% das ações preferenciais. A Petrobras, além de principal fornecedora de matéria-prima, é sócia no controle, com 47% das ordinárias e 22% das preferenciais.

A expectativa é de que a união de Lyondell e Braskem, se bem-sucedida, crie uma companhia avaliada entre US\$ 50 bilhões e US\$ 60 bilhões, listada na bolsa de Nova York (Nyse).

No momento, conforme pessoas que acompanham o tema de perto, a Lyondell está amarrando as informações levantadas na diligência para confecção de sua proposta, ao mesmo tempo em que define com a Petrobras como será a questão do abastecimento.

A holandesa aguarda algumas informações finais, incluindo o 20F da Braskem, relatório anual que a companhia é obrigada a entregar ao regulador americano, a Securities and Exchange Commission (SEC), pois possui recibos de ações negociados na Nyse. O documento pertinente a 2018 ainda não foi entregue, pois a companhia está concluindo os últimos trabalhos relacionados às avaliações de controles internos.

A expectativa é que, conforme o **Valor** antecipou em maio, a Lyondell faça uma proposta parte em ações e parte em dinheiro pela Braskem. O planejamento é que a Odebrecht receba pelo controle a maior fatia possível em ações da empresa holandesa, enquanto a Petrobras deverá aderir ao direito de venda conjunta ('tag along'), na maior proporção possível em dinheiro. Formalmente, contudo, ambas receberão - assim como os acionistas minoritários - a mesma proposta.

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto. A Lyondell não deu retorno até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Chineses da CNPC terão 20% do Comperj

A Petrobras acredita ser possível concluir em dois anos as obras da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), a partir do momento em que a companhia fechar o acordo para retomada do projeto com a chinesa CNPC, disse uma fonte. As conversas entre as duas empresas avançaram e ficou definido que a empresa asiática assumirá uma fatia de 20% da joint venture a ser formada para conclusão e operação do primeiro trem (módulo) da refinaria fluminense.

A ideia é que a chinesa também detenha uma participação de 20% na segunda joint venture, que ficará responsável pela exploração e produção de óleo e gás no cluster de Marlim, na Bacia de Campos. O ativo reúne as concessões de Marlim, Voador, Marlim Sul e Marlim Leste.

O acordo integrado de modelo de negócios, assinado ontem pela Petrobras e CNODC, subsidiária da petroleira chinesa, avançou na definição dos percentuais das futuras sócias, mas ainda faltam alguns detalhes para que a parceria seja sacramentada.

Especialistas de ambas as empresas e consultores externos ainda farão os estudos de viabilidade e a avaliação técnica do estado atual do Comperj. Nos estudos, também serão definidos o planejamento e os investimentos necessários para conclusão das obras. Segundo a fonte, os montantes envolvidos na parceria também estão sendo discutidos.

Para a Petrobras, a entrada de um sócio com uma capacidade financeira do porte dos chineses permitirá à petroleira dar um novo impulso a projetos

importantes, estratégicos, os quais a empresa teria dificuldades de desenvolver sozinha.

O empreendimento do Comperj sofreu vários solavancos. As obras da refinaria foram interrompidas em 2015 com mais de 80% de avanço. Na ocasião, a Petrobras, que já investira US\$ 13 bilhões, previa a necessidade de mais US\$ 2,3 bilhões para colocá-la de pé. As estimativas atuais, no entanto, superam US\$ 3 bilhões, de acordo com um analista de um importante banco de investimentos.

Já em Marlim, a ideia da Petrobras é repetir o conceito-chave da parceria firmada com a Equinor (ex-Statoil) em Roncador, também na Bacia de Campos. A intenção da brasileira é atrair um sócio com capacidade para ajudá-la a bancar os pesados investimentos para revitalização do "cluster", que acumula uma queda de 5,3% na produção de petróleo este ano.

No acordo com a Equinor, por exemplo, a norueguesa pagou US\$ 2,11 bilhões por 25% de Roncador e se comprometeu a investir até US\$ 550 milhões no projeto de revitalização do campo. O projeto de revitalização de Marlim prevê duas novas plataformas na concessão em 2021, como parte do projeto de revitalização do cluster, que produz, no acumulado do ano, cerca de 355 mil barris diários de petróleo.

Já para a CNPC, o acordo significa um salto na sua produção de petróleo no Brasil. Os volumes de Marlim seriam suficientes para fazer da chinesa uma das cinco maiores produtoras estrangeiras do país, com base nos dados atuais da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A empresa vinha produzindo no país cerca de 4 mil barris por dia, relativos à fatia de 10% da companhia no teste de longa duração de Mero (parte noroeste de Libra), concluído neste mês. A partir do momento em que fechar a parceria com a Petrobras e assumir 20% do cluster de Marlim, contudo, a CNPC incorporará imediatamente algo em torno de 70 mil barris diários, com base nos dados de produção do cluster em 2018.

Além disso, o acordo para retomada do Comperj representa, para a chinesa, um importante passo na estratégia de verticalização de suas atividades no Brasil. A parceria permitirá à CNPC utilizar o óleo pesado de Marlim na refinaria fluminense, que terá capacidade para processar 165 mil barris/dia de petróleo.

Além de atuar na produção e futuramente no refino, a CNPC, por meio de sua subsidiária PetroChina, entrou este ano no setor de distribuição e logística. A chinesa comprou 30% da TT Work, empresa que reúne uma distribuidora (Petronac, antiga Total), uma importadora de derivados (AtlantImport) e terminais no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Chiara Quintão | De São Paulo****Título: Produção da Aquileia, de Sandra Papaiz, começará em dezembro**

Sandra Papaiz aposta na fabricação de reguladores de gás com a marca que leva o nome da família fundadora

A empresária Sandra Papaiz dará início, em dezembro, à fabricação de reguladores de gás pela sua empresa Aquileia. A intenção é dar partida à produção de 50 mil unidades por mês e, até o fim de 2019, chegar a 100 mil unidades mensais. Com atuação no segmento de reguladores de médio e alto padrão, a empresária pretende responder, em três anos, por 10% de um mercado estimado em R\$ 300 milhões. "O segmento tem margens pequenas, então é preciso atingir certo volume rapidamente", afirma.

O faturamento projetado para o primeiro ano de atuação da Aquileia, cujo foco serão produtos de padrão médio-alto, é de R\$ 12 milhões. A intenção é atender aos mercados residencial e semi-industrial de todo o país. A produção das peças será terceirizada, e montagem, testes e embalagem dos reguladores de gás serão feitos na Aquileia, que também desenvolveu os moldes dos equipamentos. "São produtos com a chancela Papaiz", afirma.

A empresa está na reta final da obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para dar início às operações. A Aquileia começará a funcionar com pouco mais de 100 funcionários e terá 15 clientes diretos, que serão responsáveis pela distribuição dos produtos para atacadistas nacionais e regionais.

Sandra pagará royalties à Papaiz Participações - empresa da família - pelo uso da marca. Esta é a primeira vez que alguém da família fabricará produtos com a marca da empresa de cadeados e fechaduras vendida para a sueca Assa Abloy no fim de 2015. A fábrica está sendo instalada em 1.000 metros quadrados de galpão localizado em Diadema, na Grande São Paulo e poderá dobrar sua área, futuramente, no mesmo local. O galpão pertence à Cicap, empresa da família Papaiz com foco no segmento.

A empresária avalia a possibilidade de ingressar em outros segmentos - malas e produtos para a terceira idade, como barras de segurança, por exemplo.

Inicialmente, Sandra havia escolhido Panoramaz como o nome para sua nova empreitada, mas escolheu substituir o nome por Aquileia, que remete à figura da águia e foi uma das cidades mais importantes do Império Romano. A empresária de 64 anos que está sempre em busca de novos projetos cita a história de que a águia, aos 40 anos, arranca o bico, as penas e as garras e "se reinventa".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/10/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Debênture da Pirapora Solar

A usina Pirapora Solar concluiu a emissão de R\$ 220 milhões em debêntures de infraestrutura com vencimento para 2034. Os papéis pagarão um retorno equivalente à variação do IPCA mais 5,7656% ao ano. O projeto solar é operado pela EDF Energies Nouvelles (EDF EN). **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .